

DOSSIÊ RELIGIÕES E PANDEMIA

E

DITORIAL

RELIGIÕES E PANDEMIA

Mariana Côrtes

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia – MG – Brasil

Orcid: 0000-0002-0679-5524

Carly Machado

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Seropédica – RJ – Brasil

Orcid: 0000-0002-8814-3609

A investigação sobre as relações entre religião e pandemia proposta neste dossiê, que desvela as reações, condutas e governos das organizações religiosas diante de uma tragédia epidemiológica mundial, permite pensar, justamente com base na análise conjuntural de uma crise que dramatiza vida, morte, sobrevivência, doença, isolamento social e esgarçamento do convívio social, o que significa a religião na contemporaneidade, o que é fundamental e o que não é para definir a experiência religiosa, quais conceitos podem ou não ser agenciados para recobri-la teoricamente, quais impactos a digitalização da vida tem sobre o fenômeno religioso, entre outras questões abordadas nos artigos presentes neste trabalho. Além da discussão centrada nas relações – e tensões – entre a necessidade de rituais presenciais, a efervescência extática da comunidade de fiéis, e digitalização (virtualização) das práticas religiosas, o dossiê também procurou enfrentar, a partir do recorte da pandemia, as relações entre religião, política e economia.

Os estudos que pretendem recobrir as conexões entre esses aspectos são constitutivos da formação das ciências sociais da religião. Os estudos de Weber (1982; 2004; 2012) sobre as conexões de sentido entre a esfera religiosa e a esfera econômica passaram tanto pela análise clássica das *afinidades eletivas* entre reforma protestante e o “espírito” do capitalismo como também procurou percorrer, por vias de comparação, as tensões entre éticas de rejeição do mundo (como o misticismo e a composição rígida de estratificação social do hinduísmo) e as “legalidades intrínsecas” de uma ordem do mercado. De forma análoga, as investigações de Weber também se voltaram sobre as relações (e possíveis tensões) entre as religiões mundiais de missão salvífica e a configuração burocrática e impessoal do Estado moderno. Bourdieu (1999), por sua vez, ao elaborar sua praxeologia, também deixou uma contribuição imprescindível para os estudos da religião, propondo pensá-la como um campo, relativamente autônomo, no qual se travam disputas materiais e lutas simbólicas, entre sujeitos que ocupam posições de classe (e de grupo) distintas, e antagônicas, na estrutura econômica de determinada sociedade.

No Brasil as análises que relacionam religião, política e economia, conhecem uma longa tradição, que buscou enfrentar uma série de temas: a relação entre Estado e Igreja na formação da república brasileira, e sua forma peculiar de “secularismo” (Asad 2003); o papel do catolicismo tradicional na perpetuação de formas políticas hierárquicas, paternalistas e fideístas ligadas ao patriarcalismo; a formação de uma setor progressista no interior do catolicismo e sua contribuição para a criação do maior partido de massas conhecido na história brasileira. Além dos estudos que investigaram o catolicismo, as ciências sociais brasileiras vêm se voltando nas últimas décadas para a expansão do movimento pentecostal no Brasil na década de 1990, e seu impacto na política institucional do Estado, em seus três poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Mais recentemente, a partir da conquista eleitoral da extrema direita, parte dos estudos se concentram sobre as possíveis consequências, por vezes perigosa, que a nova conexão entre pentecostalismo e política institucional pode ter para a redefinição da relação entre Estado e religião, e para a próprio *modus operandi* do jogo democrático. Embora os estudos sobre pentecostalismo e política institucional se iniciem nos anos 1990 (com os estudos sobre adesão pentecostal e opção eleitoral), eles ganharam um novo fôlego heurístico/empírico a partir da eleição de Jair Bolsonaro, e mais especificamente, seu projeto de gestão da pandemia do novo coronavírus. No presente dossiê, dois artigos enfrentam o desafio de compreender os sentidos sociais que costuram as relações entre racionalidade neoliberal, governo Bolsonaro, crise pandêmica e uma configuração judaico-cristã (de cunho fortemente pentecostal) no Brasil contemporâneo, acionando conceitos como “negacionismo pandêmico”, “brutalismo”, “necropolítica” e “genocídio”.

O artigo “Economia moral da saliva: Bolsonaro, Covid-19 e as políticas do contágio no Brasil”, de Ana Paula Garcia Boscatti e Anna Carolina Horstmann Amorim, parte da hipótese instigante de Paul Preciado (2018; 2020) de que a partir do fim

da Segunda Guerra Mundial intensificou-se uma nova gestão política do corpo, do sexo e das sexualidades, em que substâncias corporais como saliva, sêmen, óvulos e sangue se tornam objeto do Estado em uma nova biopolítica/necropolítica de gestão dos corpos e construção de uma ideia de nação. Essa nova modalidade de gestão tornou-se particularmente aguda, dramática e paradigmática na administração da pandemia pelo governo Bolsonaro, que orquestrou o que as autoras denominam uma “política de contágio”. Se as organizações internacionais de saúde pública e os conselhos epidemiológicos das associações médicas recomendaram o isolamento social e o uso de máscaras como forma de bloquear, controlar ou atenuar a disseminação do vírus, em uma política de contenção da circulação dos corpos, Jair Bolsonaro consolidou um projeto totalmente diverso. Em suas performances populistas-messiânicas (Chauí 2004) de aparições públicas, o presidente provocou aglomerações ostensivas, em que a desobstrução da sua boca pela rejeição do uso de máscara o permitia teatralizar o espalhamento da sua saliva entre acólitos, simpatizantes e seguidores, um fluido corporal que, na análise das pesquisadoras, não pode ser interpretada de forma fortuita e/ou banal, mas ganha um conteúdo muito específico que une, de forma surpreendente, o sentido judaico-cristão de pronunciamento da palavra profética e de propriedade milagrosa de cura de enfermos, e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, de disseminação genocida de um vírus mortal, que produzirá uma cesura biopolítica/necropolítica entre aqueles que sobreviverão e os que perecerão. Para as autoras, nesse processo, neoliberalismo e conservadorismo produzem uma aliança inaudita, pois a recusa de um Estado providencial que garante, por meio de uma rede protetiva, os direitos dos cidadãos, transfere para a família – e suas reprodução por meio do trabalho doméstico feminino – as responsabilidades de cuidado dos indivíduos que outrora pertenciam aos deveres públicos. Assim, a idealização de uma família hetero-patriarcal, masculinista e branca, que deve ser defendida contra as ameaças das pautas identitárias do gênero e da raça, é aqui acionada pela mística de uma “teocracia familiar” que produzem o imaginário de um “corpo nacional irmanado e religioso”, que se manterá intacto e são por meio da exposição à saliva (dotada de atributos curativos) do seu líder/messias, ao mesmo que castigará, com a mesma saliva, os insuficientemente viris, o que “choram” e “fazem mimimi”. Assim, o governo Bolsonaro aciona o dispositivo teológico judaico-cristão da saliva (ao mesmo tempo, *palavra* e *cura*, mas na ressignificação bolsonarista, também *morte*) para costurar um projeto genocida que cindirá a população entre um país de “machos” e “fortes”, que sobreviverão, e um país de “fracos” e “maricas” que não resistirão, nem deveriam fazê-lo, ao vírus Sars-Covid-19.

O artigo “Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19”, de Ronaldo de Almeida e Clayton Guerreiro, traz uma contribuição valiosa para o debate. Sem pretender negligenciar a diversidade dos evangélicos e a multiplicidade de denominações pentecostais, que variam em suas formas eclesásticas, teológicas e rituais e organização, o artigo se concentra nos principais

líderes do movimento pentecostal, responsáveis por megagregas empreendimentos, uma indústria simbólica de bens e serviços, canais massivos de comunicação, como rádio e televisão, além de uma gestão profissional das plataformas digitais, como Facebook, Instagram, Youtube e Twitter. Para os autores, esses sujeitos integram uma “elite política-religiosa-empresarial”, que ocupa, de forma cada vez mais crescente, papéis ativos na administração estatal, seja como consultores espirituais e porta-vozes diretos do presidente, como Silas Malafaia (pastor-líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo), seja como ministros de Estado, membros do Judiciários, e parlamentares do Legislativo. A partir da atuação performático-discursiva dessas lideranças pentecostais, em espaços institucionais ou redes sociais, o artigo retrata, de forma precisa e minuciosa, a série de controvérsias públicas em que elas se envolveram, ao se posicionarem diligentemente – além de oferecerem uma tradução teológica para suas posições políticas –, em defesa da gestão de Bolsonaro em relação a pandemia. O texto percorre quatro controvérsias: a luta por fazer reconhecer as atividades religiosas como serviços essenciais (a despeito das medidas sanitárias de isolamento social perpetradas por governadores e prefeitos); a grita pela inviabilidade financeira de manter igrejas em funcionamento sem a possibilidade de arrecadação por meio de doações nos cultos presenciais; a espetacularização do jejum convocado por uma aliança Bolsonaro-representantes judaico-cristão como forma de proteção divina da nação contra o coronavírus e a reelaboração do atentado de morte à facada em Bolsonaro como sacrifício/ressureição de Cristo; a insistência no chamado “tratamento preconceito” (a despeito das evidências de sua ineficácia) e a desqualificação das vacinas, em especial, a Coronavac, carregada de suspeita por sua origem chinesa. Para os autores, essa controvérsias se inserem no plano mais amplo de um “negacionismo pandêmico” que opera como uma nova linguagem de poder que compromete a transparência da dinâmica democrática, em uma encenação de uma guerra imaginária contra inimigos comuns, que se atualizam constantemente, conforme a tática em curso, em figuras como governadores e prefeitos que impuseram *lockdown*, a grande mídia, a ameaça comunista, a ciência oficial, a supremacia chinesa, a conspiração globalista, entre outros. Os autores propõem que empreitada bolsonarista, e sua aliança estratégica, com a elite pentecostal, não seja encarada meramente como “fanfarronice” ou “insanidade”, armadilha que às vezes o pensamento crítico parece cair, mas como um projeto sério de governo, que se funda em uma plano genocida, conforme a pragmática do “brutalismo” (Mbembe 2020), que impõe o “fazer morrer” ao expor deliberadamente parte da população ao contágio de uma doença mortal, que torna vulnerável pretos, pobres e periféricos no Brasil, justamente as “camadas portadores” por excelência do pentecostalismo em suas bases.

Compondo os esforços heurísticos de desvendar as relações entre religião e política em contexto pandêmico, o artigo “Cosmopolítica, religiosidad y pandemia en Venezuela”, de Luis Alonso Hernández, também traz uma contribuição importante para a discussão ao trazer algumas descobertas teóricas de um trabalho de campo

sobre o culto cívico-religioso ao presidente Hugo Chávez, realizado por setores populares urbanos na forma de uma visita à paróquia 23 de Janeiro, em Caracas, capital da Venezuela. Se a devoção a Chávez, na peregrinação a essa paróquia, existe no contexto social anterior à pandemia, a pesquisa empírica demonstrou que a procura pela capela ganhou um novo sentido no contexto da Covid-19, uma vez que os crentes passaram a solicitar a intervenção do líder político para performar a cura de contagiados com o vírus, para além dos pedidos usais de problemas da vida cotidiana e assuntos relacionados a questões de saúde de forma geral. Apesar de guardar algumas homologias com os temas tratados nos dois artigos anteriores, focados na formação de uma “teocracia neoliberal” centrada em uma “política de contágio”, e de aliança entre a administração federal e a elite empresarial evangélica por meio de um “negacionismo pandêmico”, o presente trabalho trata da configuração de uma cosmovisão específica ao contexto da Venezuela, que consagra a imagem de Chávez como salvador/protetor do país, em uma cosmovisão da esquerda latino-americana, que remete à genealogia histórica do movimento do bolivarianismo, e na impossibilidade de distinguir o “sagrado” do “político”. Em oposição à configuração brasileira, elucidada nos artigos anteriores, não se encontra aqui uma articulação entre racionalidade neoliberal, recusa do Estado provedor, injunção ao empreendedorismo, rejeição das medidas sanitárias de combate a pandemia. Ao contrário, por meio de medidas severas e rígidas de isolamento social, a Venezuela teve os índices mais baixos de contagiados da América Latina, em uma mística que atribui a proteção da população à intervenção político-messiânica de Chávez.

Se o impacto da pandemia da Covid-19 trouxe esses e outros impactos que motivaram reflexões sobre as relações entre religião, política e economia, algumas delas abordadas neste dossiê, também no âmbito das práticas religiosas, daquilo que os sujeitos vivenciam em sua relação cotidiana com a religião, muitas foram as transformações, inovações e mesmo impossibilidades que afetaram os rituais religiosos, e se colocaram como questão para fiéis e pessoas que pesquisam o tema. Temática clássica do campo (Durkheim 2003), a análise de rituais e as questões que desta surgem nos informam sobre debates fundamentais à Antropologia e à Sociologia, e participam também intensamente de sua atualização.

Os rituais religiosos realizados durante a pandemia da Covid-19 fazem parte de um conjunto de fenômenos que têm exigido das Ciências Humanas uma intensificação das análises sobre a relação entre rituais, presencialidade e práticas digitais. Essa intensificação dá-se muitas vezes através de uma aproximação dos estudos clássicos sobre rituais e performance (Peirano 2002; Cavalcanti 2014), das pesquisas mais recentes sobre mídias e ambientes digitais (Ginsburg & Abu-Lughod 2002). Esta fronteira já tem sido mobilizada nas últimas décadas pelo campo de estudos em religião e mídia, o qual explorou alguns caminhos analíticos com ênfase em temas como o das materialidades, das sensorialidades, a questão da mediação, entre outros (Meyer & Moors 2006; Stollow 2014; Meyer 2019). Mas o que vemos no amplo conjunto de pesquisas

sobre religiões e pandemia, como os que aqui se apresentam, é a mobilização de uma variada gama de referências teóricas capazes de ampliar ainda mais esse debate.

O aspecto central que se impôs durante a pandemia foi o da indispensabilidade das experiências digitais, em contraponto à proibição de atividades face a face. A noção de “presença”, parte das questões do campo de estudos da religião independentemente da pandemia, passou a ser então discutida e enfrentada para além deste. Lembramos aqui de um meme amplamente compartilhado nestes últimos anos no qual reuniões on-line eram comparadas a eventos religiosos, dada a similaridade das intervenções discursivas encontradas em ambos, tais como “fulano, você está aí?”; “beltrano, você está entre nós?”; “consegue nos ouvir?”; “se estiver aqui, fale alguma coisa!”; entre outras.

Nas experiências religiosas, a *presença* nem sempre se relaciona de forma óbvia ou direta com a *materialidade*, e as *formas da presença* têm longo histórico de análises por pesquisadores de temas como mediunidade, manifestações espirituais, relações com deuses e santos, objetos rituais, entre outros. Nos termos de Meyer (2014), essas pesquisas colocam no centro do debate as maneiras pelas quais os humanos “fabricam” – mobilizando textos, sons, imagens ou objetos, e praticando a fala, o canto, o “ser possuído”, e assim por diante – uma sensação da presença de algo além.

Com base nessa perspectiva, as práticas “a distância” ou “virtuais” que, por um lado, pareciam tão externas a certos campos religiosos, por outro lado guardavam algumas afinidades com aspectos elementares das vivências de certas religiões. A análise de rituais, se retomada a partir do tema da *presença*, buscou historicamente, em muitos casos e de muitas formas, dar conta das práticas e performances capazes de produzir a *presença* do sagrado. A migração massiva de rituais religiosos para ambientes digitais durante a pandemia da Covid-19 recolocou no cotidiano dos praticantes das diversas religiões, bem como de seus pesquisadores, a pergunta sobre “o que é necessário”, ou melhor, “o que é indispensável a um ritual religioso?”. Essa pergunta, no contexto extremo da pandemia da Covid-19, provoca uma torção particularmente inédita – já que muito concreta – sobre a questão dos limites e das possibilidades da mediação e, em última instância, acerca do que se define como religião (Engelke 2010). Propomos aqui questões que se colocam a partir da radicalidade de pensarmos sobre o que *foi, é e será* possível ou impossível quando as relações entre religião e o corpo, a comunidade, o ambiente, os objetos e as performances são esgarçadas pelo isolamento social, pelo confinamento doméstico e pela transposição de (quase todas as) práticas sociais para ambientes digitais.

O artigo de Catón Carini sobre o budismo em tempos de pandemia discute as mudanças observadas no uso da internet no âmbito de grupos budistas na Argentina devido à crise gerada pela Covid-19, investigando especialmente a criação de *novos rituais* on-line e a construção de um *senso de comunidade* que ultrapassa fronteiras locais, nacionais e global. Carini situa o debate acerca da relação do budismo com a internet, apresentando como essa articulação já se dava de forma positiva em seu

campo de estudos antes da pandemia. Ao dedicar-se analiticamente a esse período específico, Carini acompanhou o modo como essa afinidade preexistente se concretizou quando a prática da *meditação on-line* passou a ser não apenas um complemento da meditação realizada em encontros presenciais dos grupos budistas argentinos, mas passou a ser o único formato possível da experiência. No contexto discutido por Carini, a conectividade global viabilizada pelas tecnologias digitais coadunou-se com a construção do sentido expansivo (em vez de restritivo) de uma “comunidade de prática”, ampliando das possibilidades de “praticar-se junto” a meditação, transpondo o limite do local, e reforçando a criação de uma comunidade transnacional.

Esse sentido de *possibilidade* e mesmo de *expansão* que a internet confere ao budismo no contexto Argentino coaduna-se com pesquisas sobre outros grupos religiosos, mesmo em contextos anteriores à pandemia, como na pesquisa realizada por Machado (2010) na qual a internet opera como elemento central de uma ideia de comunidade religiosa transnacional, e, ainda mais, como um campo sagrado que aponta para a possibilidade da vida eterna, sob a forma da vida digital, no contexto do Movimento Raeliano. Em ambos os casos, é indispensável às análises uma discussão aprofundada sobre o sentido de “eu” e a noção de “comunidade” compartilhada nesses campos religiosos, a fim de compreender-se como o sentido de “comunidade global” da internet é recebido como algo positivo e mesmo a confirmação de um horizonte de futuro de cunho religioso.

O artigo de Francirosy Barbosa sobre como a comunidade islâmica brasileira reconfigurou suas práticas devocionais durante o mês do Ramadan no ano de 2020 traz, no entanto, outros elementos para este debate. Ao tratar especificamente do mês do Ramadan, a autora trata dos dilemas próprios impostos pela pandemia da Covid-19 às práticas coletivas, marcadas por encontros e circulação de pessoas em mesquitas e casas, usualmente realizadas neste período. No debate apresentado por Barbosa, a intensificação das atividades promovidas por lideranças muçulmanas nas redes sociais reforçou a permanência dos fiéis em seus ambientes domésticos, favorecendo encontros restritos aos grupos familiares e evitando a circulação.

Enquanto Carini trata da criação de “novos rituais” no contexto budista, Barbosa aborda “reconfigurações das práticas devocionais”, e essa diferença analítica retrata o cuidado necessário às conclusões derivadas de cada caso. No âmbito das comunidades islâmicas brasileiras durante o mês do Ramadan não houve uma transposição das práticas rituais para os ambientes digitais. Conforme apresentado por Barbosa, as redes sociais (já mobilizadas por lideranças e adeptos do Islamismo no Brasil e no mundo antes da pandemia) foram intensificadas no período do Ramadan, compondo de modo particular as práticas rituais vivenciadas pela comunidade islâmica no Brasil, dentro dos limites impostos pela pandemia. O encontro no ambiente doméstico permaneceu como elemento imprescindível e insubstituível no Ramadan. Já a experiência na mesquita pôde ser vivenciada on-line, mas não como “transposição” ou “substituição”, nem um “novo ritual”. O ritual institucional virtual partici-

pou do campo de experiências vivido no período de forma complementar, e não necessariamente suprimindo uma ausência, já que para alguns membros das comunidades islâmicas brasileiras o acesso à mesquita é limitado e mesmo inviável em suas cidades.

O caso apresentado por Campos e Silva Neto acrescenta outra perspectiva a essa temática. Diferente dos artigos anteriores, esse trabalho tem como centro de suas questões não apenas um grupo religioso, mas uma cena conflitiva que se organiza em torno do tema da intolerância religiosa. O contexto pré-pandêmico apresentado nesta pesquisa é o do antagonismo das Marchas religiosas realizadas na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul: de um lado a Marcha para Jesus, e de outro a Marcha contra a intolerância religiosa. Ao abordar, em sua segunda parte, as práticas desses mesmos grupos em ambientes on-line no contexto da pandemia, o texto mantém como centro de suas perguntas a questão do conflito, e como este se atualiza, se neutraliza ou se intensifica no formato digital. É possível perceber, a partir dos casos discutidos no artigo de Campos e Silva Neto, o contraste entre a intensidade do que era vivido pelos grupos religiosos na rua, mesmo em uma cena conflitiva, e a retração dessa intensidade nas atividades digitais.

Chegamos aqui, então, a um aspecto que nos parece fundamental destacar: os limites das experiências religiosas em ambientes digitais, ou seja, sobre o que foi impossível de se realizar. O artigo de Guerreiro e Almeida neste dossiê trata da resistência de lideranças evangélicas ao fechamento de seus templos. O debate conduzido pelos autores busca evidenciar como, no caso das lideranças analisadas em sua pesquisa, essa resistência ao fechamento se articulava a um cenário político e econômico mais amplo, tal como abordado anteriormente neste editorial.

No entanto, nem toda formulação acerca da inviabilidade de suspender-se todos os rituais religiosos durante a pandemia, ou realizar-se a transposição destes para ambientes digitais, resume-se a este mesmo campo de tensões políticas e econômicas. Pouco sabemos sobre esses casos intransponíveis, e como foram solucionados. Cogitamos aqui sobre situações nas quais os atores religiosos viram-se diante de um inevitável descumprimento de exigências: ou das medidas governamentais (de governos políticos e/ou sanitários), ou das disciplinas religiosas. Sabe-se que situações como essas fazem parte da história das religiões no Brasil e no mundo, e que tais negociações podem parecer simples e óbvias, dados os riscos da pandemia, mas nem sempre o são. Descumprir disciplinas religiosas também pode levar a consequências dramáticas.

Talvez os casos mais visíveis dessas tensões a que tivemos acesso foram aqueles relacionados aos rituais fúnebres: a exigência do descumprimento de rituais fúnebres religiosos no contexto da pandemia da Covid-19 foi um campo de muitas dúvidas, sofrimentos e angústia por parte de fiéis de diferentes religiões. Descumprir obrigações espirituais, a fim de cumprir obrigações cívicas, exige uma gestão extremamente complexa da tomada de decisões nessas situações, e a responsabilidade sobre as consequências de um ou outro descumprimento de obrigações. Consideramos importante lembrar neste editorial que, se temos aprendido muito com as solu-

ções criadas para tornar possível vivências religiosas em tempos de pandemia, não podemos negligenciar a dor e o sofrimento daqueles que se viram diante de situações inegociáveis, impossíveis, e que mesmo assim tiveram de tomar decisões e lidar com suas consequências.

A radicalidade das situações vividas no contexto da pandemia e as controvérsias éticas nelas criadas fizeram com que as motivações e as moralidades de decisões individuais e coletivas fossem frequentemente parte de debates públicos. Não foram poucas as situações em que a religião foi parte desse campo de controvérsias, e aspecto importante do repertório de acusações recíprocas entre campos divergentes sobre a gestão da pandemia (Machado 2020). Alguns dos artigos deste dossiê tocam nessas questões, como no caso do debate mobilizado por Francirosy Barbosa sobre as tensões vividas pelas comunidades muçulmanas no ano de 2020. Na análise da autora, situações em torno dos rituais fúnebres e controvérsias acerca do uso do niqab e “não” da máscara por mulheres muçulmanas no período da pandemia acentuaram o crescimento da islamofobia em países como França e Brasil.

Enquanto os conflitos trazidos por Barbosa habitam as fronteiras do religioso e do estatal, no artigo de Campos e Silva Neto, é o conflito entre religiões que se atua, e se transforma nas práticas transpostas das ruas da cidade de Pelotas/RS para os ambientes digitais. Destaca-se nesses artigos um importante trabalho analítico capaz de articular um projeto de pesquisa que, mesmo durante a pandemia, dá a devida atenção não exclusivamente o que acontece nos ambientes digitais, mas pensa o espaço público dos conflitos a partir da articulação entre contextos relacionais situados, sejam estes digitais ou não. Mais do que uma tendência exclusiva à digitalização dos campos de pesquisa, os artigos presentes neste dossiê apontam para a importância de pesquisas que aceitem, descrevam e desenvolvam suas reflexões a partir a integração do digital nas relações vividas pelos atores sociais, a qual já era uma realidade, e que desde 2020 intensificou-se profundamente, e ampliou-se em alcance.

Além dos artigos do dossiê, o presente número de *Religião e Sociedade* é também composto por artigos recebidos no fluxo contínuo da revista. O texto de Facundo Diéguez tematiza a mediatização dos fenômenos religiosos na imprensa argentina, nos anos de 2001-2010. Ao analisar as notícias publicadas sobre o tema da religião nesse período, o autor situa atores em destaque, principais temáticas, as características das notícias, e procura, mais especificamente, analisar as transformações neste campo com a expansão dos meios de comunicação digitais. Através do estudo das notícias nas diferentes mídias, Diéguez nos apresenta uma análise do cenário religioso na Argentina nos anos destacados, e suas principais questões.

Também abordando o aspecto público do religioso, o artigo de Bezerra e Moura analisa a atuação de organizações evangélicas na campanha em favor das 10 Medidas Contra a Corrupção, promovida pelo Ministério Público Federal. Com foco nas Igrejas Batistas, o artigo destaca em suas conclusões a importância de redes transnacionais na incorporação da corrupção como preocupação simultaneamente religiosa

e política; o modo como a ideia da corrupção produz relações sociais e significados específicos em um dado meio social e, enfim, o lugar da corrupção, percebida a partir de interpretações bíblicas, nas justificativas para a defesa da participação de fiéis e entidades evangélicas em disputas políticas e projetos de transformação social.

O trabalho de Maria Eugenia Funes, também sobre o contexto argentino, visa contribuir para um debate sobre os vínculos entre espaço e religiosidade, ao analisar as trajetórias espirituais, laborais e educacionais de dois casais de migrantes por estilo de vida que mudaram de residência para uma cidade nos arredores de Buenos Aires cuja população e equipamentos urbanos cresceram significativamente desde a década de 1990, e na qual se desenvolveu um importante circuito de práticas espirituais Nova Era. O artigo traz no centro de seu debate a mobilização de concepções espiritualizadas de espaço e hábitat.

O artigo de Marilande Martins Abreu intitulado “Reflexões sobre a ancestralidade africana do Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo” analisa as relações entre o campo religioso e o campo intelectual. A base desse ensaio são dois escritos sobre o tambor de mina – um de uma pesquisadora e outro de um sacerdote da mina. O objetivo da autora é mostrar como esses dois escritos indicam uma possibilidade de diálogo e construção de uma narrativa antropológica dialógica, contribuindo simultaneamente para o campo de estudos sobre religião, e para uma crítica do fazer antropológico.

Este número de *Religião e Sociedade* traz ainda duas resenhas: a primeira, elaborada por Liza Dumovich, dedica-se ao livro *Hajja, Hajja: a experiência de peregrinar*, escrito por Francirosy Campos Barbosa, autora também de um dos artigos do dossiê *Religiões e Pandemia*. A segunda resenha, de Paulo Victor Leite Lopes, discute o livro *Doces Santos: devoções a Cosme e Damião*, organizado por Renata Menezes e Lucas Bártolo. A oportunidade de conhecer um pouco mais de perto dois livros tão importantes através do olhar de Liza e Paulo fecham esta edição com contribuições valiosas ao campo de estudos de religião.

Referências

- ASAL, Talal. (2003), *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1999), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- CAVALCANTI, Maria Laura (org.). (2014), *Ritual e performance: 4 estudos clássicos*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- CHAUÍ, Marilena. (2004), “Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”. In: E. Dagnino (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ENGELKE, Matthew. “Religion and the media turn: A review essay. *American Ethnologist*”, 37(2), 371-

379. doi:10.1111/j.1548-1425.2010.01261.x 2010.
- GINSBURG, Faye; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian (ed.). (2002), *Media Worlds: Anthropology on New Terrain*. Berkeley: University of California Press.
- GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo. (org.). (2019), *Como as coisas importam: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MACHADO, Carly. (2010), “Novos movimentos religiosos, indivíduo e comunidade: sobre família, mídia e outras mediações.” *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 145-163.
- MACHADO, Carly. (2020), “Rebanho de quem? Sobre religião, contágio e ideias que viralizam em tempos de pandemia”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020.
- MBEMBE, Achile. (2020), “O direito universal à respiração”. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: 08/06/2020.
- MEYER, Birgit; MOORS, Annelies (ed.). (2006), *Religion, media and the public sphere*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press. 2006.
- MEYER, Birgit. (2014), “Mediation and the Genesis of Presence (reprint of inaugural lecture), with a response on comments by Hans Belting, Pamela Klassen, Chris Pinney, Monique Scheer.” *Religion and Society: Advances in Research* 5: 205-254.
- PRECIADO, Paul Beatriz. (2018), *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições.
- PRECIADO, Paul Beatriz. (2020), *Aprendiendo del virus. Sopa de Wuhan: Pensamientos contemporáneos en tiempos de pandemia*. [S. l.]: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio).
- PEIRANO, Mariza (org.). (2002), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política-UFRJ.
- STOLOW, Jeremy. (2014), “Religião e Mídia: notas sobre pesquisas e direções futuras para um estudo interdisciplinar”. *Religião e Sociedade*, Vol. 34, nº 2: 146-160. ISSN 1984-0438. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-04382014000200008>. Acesso em: 27/08/2021.
- WEBER, Max. (1982), *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- WEBER, Max. (2014), *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEBER, Max. (2012), *Economia e sociedade*. Brasília: UNB.

Mariana Côrtes* (mmpcortes@incis.ufu.br)

* Professora Adjunto do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. Coordenadora do Travessias - Núcleo de Pesquisas Urbanas. Doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP.

Carly Machado** (machado.carly@gmail.com)

** Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora do CNPq. Doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ.

